

DAS RAÍZES COLONIAIS À EXPLORAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante¹

Resumo

O artigo analisa como as heranças do colonialismo seguem presentes nas formas contemporâneas de exploração dos corpos femininos na América Latina. A partir de uma abordagem qualitativa e documental, de caráter exploratório e analítico-crítico, o estudo investiga reportagens recentes (2023–2025) que retratam casos de turismo sexual, tráfico de mulheres, exploração digital e trabalho análogo à escravidão. Utiliza referencial teórico de autoras feministas, marxistas e decoloniais. A análise busca compreender de que modo patriarcado, racismo e capitalismo se articulam como partes de um mesmo sistema de dominação. Os resultados apontam que a violência e a objetificação dos corpos femininos não constituem fenômenos isolados, mas expressões de uma matriz colonial de poder que se atualiza nas dinâmicas do capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: Feminismo decolonial; Colonialidade de Gênero; Exploração de Mulheres; América Latina; Corpo e poder.

Abstract

The article examines how the legacies of colonialism remain embedded in contemporary forms of exploitation of women's bodies in Latin America. Through a qualitative and documentary approach, with an exploratory and analytical-critical character, the study analyzes recent news reports (2023–2025) that address cases of sexual tourism, human trafficking, digital exploitation, and labor conditions analogous to slavery. Grounded in feminist, Marxist, and decolonial theoretical frameworks, the analysis seeks to understand how patriarchy, racism, and capitalism operate as interconnected dimensions of the same system of domination. The findings indicate that the violence and objectification of women's bodies are not isolated phenomena, but manifestations of a colonial matrix of power that persists and is reshaped within the dynamics of neoliberal capitalism.

Keywords: Decolonial Feminism; Gender Colonialism; Female Exploitation; Latin America; Body and Power.

¹ Mestra e Doutora em Ciência da Informação. Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Bolsista Produtividade CNPq. Jovem Cientista do Nosso Estado – Faperj. Coordenadora da Rede MedeiaInfo @medeiainfo

1. Introdução

Sabemos que o período colonial foi sustentado pela exploração das terras e dos povos que ali viviam. A colonização da América Latina constituiu um projeto de dominação total, que não se limitou à exploração econômica e territorial, mas também instaurou um regime de controle sobre os corpos e as subjetividades das populações colonizadas. Ochy Curiel (2007) argumenta que entre as heranças do colonialismo, entendido não apenas como forma de dominação política, mas como projeto fundante da modernidade, está a maneira pela qual se constituíram as nações latino-americanas e caribenhas. A construção dessas identidades nacionais apoiou-se na homogeneização de base eurocêntrica, expressa na ideologia da mestiçagem, que tomou o ideal europeu como parâmetro de “aperfeiçoamento racial”.

Conforme propõe María Lugones (2019), a modernidade ocidental instituiu uma colonialidade de gênero, por meio da qual as hierarquias raciais e sexuais se entrelaçaram, o que situou as mulheres indígenas e africanas como corpos subalternos, destinados à expropriação e à violência. Entende-se que, nesse processo, o corpo feminino tornou-se, também, um território da conquista, apropriado, disciplinado e mercantilizado como parte da lógica civilizatória eurocêntrica que buscava “domar” tanto a terra quanto as mulheres.

Aníbal Quijano (2000) aponta que a colonização organizou o mundo a partir de uma classificação social racializada, que naturalizou a subordinação de determinados corpos e saberes. As mulheres latino-americanas foram, assim, duplamente colonizadas: pela estrutura patriarcal que lhes negou autonomia e pela estrutura colonial que as reduziu à condição de objeto de posse e trabalho. Partindo dessa contextualização, o objetivo desse artigo é analisar, em reportagens sobre exploração de mulheres, a lógica de dominação colonial sobre os corpos femininos latino-americanos. Assim, pretende-se evidenciar como as violências contemporâneas contra as mulheres são herdeiras diretas das práticas coloniais.

2. Corpos femininos como metáfora de territórios explorados

A América Latina, desde sua formação marcada pela colonização e pela violência extrema contra os povos originários e dos africanos trazidos como escravizados, deu

origem a um modelo de dominação global baseado em relações de dependência e subordinação. Entretanto, assim como a exploração capitalista afeta homens e mulheres de maneiras distintas nos países centrais, nos países dependentes há múltiplas interseccionalidades que tornam as mulheres ainda mais vulneráveis, especialmente aquelas que representam a identidade feminina latino-americana: negras e indígenas (Bittencourt, 2014).

“A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (Marini, 2013, p. 47). Podemos complementar que é, também, a história da exploração dos corpos de muitas mulheres em várias esferas, que se enraizaram e perpetuaram ao longo do processo histórico, de modo a persistirem traços de sua existência ainda no cenário contemporâneo. Conforme analisa María Lugones (2019, p.358), o processo de colonização das Américas e do Caribe instituiu uma lógica hierárquica e dicotômica que separava os seres humanos dos considerados não humanos, a serviço dos interesses do homem ocidental. Essa distinção estendia-se também às relações de gênero, reservando a humanidade apenas a homens e mulheres considerados “civilizados”, enquanto os povos indígenas e africanos escravizados eram desumanizados, tratados como seres irracionais, sexualizados e selvagens.

Para Aníbal Quijano (2005, p. 117), a América foi o laboratório da modernidade colonial, onde se fundaram a ideia de raça e a articulação global do trabalho sob o capital, inaugurando um sistema de dominação racial e econômica de alcance mundial. Em correlação, Bárbara N. Honorato de Sousa (2021, p.197), amparada em Enrique Dussel (1993), afirma que o sistema colonial foi estabelecido em camadas de opressão e violência. Construiu a ideia de alteridade, em que aquele que é considerado o outro é colocado sob o jugo daquele que se considerará o centro – no caso, portugueses e espanhóis, os quais dão o primeiro passo na colonização do dito “novo mundo”.

Corpos muitos caminham por Nossa América. Tonalidades diversas, paleta mestiça que concentra e dilui pigmentos. Formas várias, que se estendem ou engrossam por distintas latitudes. Corpos como pontos de encontro da memória que percorre nossas veias, dos territórios que habitamos e de todas as que habitaram antes de nós. Corpos e territórios. Geografias sexualizadas, racializadas. Carne e osso primidos em seus lugares de origem ou lançados na diáspora de um continente que transborda suas fronteiras.(González *et.al*, 2023, p.67).

O fragmento acima, de Alicia Migliaro González, Mazariegos García, Rodríguez Lezica e Díaz Lozano, oferece uma leitura política do corpo na América Latina. Quando as autoras afirmam que “corpos muitos caminham por Nossa América” e descrevem “geografias sexualizadas, racializadas” (González *et al*, 2023, p. 67), elas indicam que os corpos não são apenas biológicos, mas territórios atravessados por histórias, memórias e fronteiras coloniais. Neles se acumulam as marcas da diáspora, da violência e também das resistências que moldaram o continente. O corpo, portanto, aparece como lugar de inscrição da história coletiva, um espaço onde a dominação e a vida coexistem.

Nesse contexto, desde o período colonial, os corpos das mulheres, sobretudo os de mulheres negras e indígenas, foram sistematicamente apropriados como instrumentos de exploração econômica, sexual e reprodutiva, servindo aos interesses do projeto colonial, instaurando violência estrutural baseada na interseção entre racismo, patriarcado e colonialismo, consolidando uma lógica de dominação que naturalizou a objetificação dos corpos femininos como territórios de conquista e exploração.

O Colonialismo, enquanto fenômeno histórico firmado nas conquistas territoriais e dominação dos povos originários nas Américas, foi responsável por exportar o patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade nas sociedades latino-americanas, transformando-os em critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar o restante da população mundial - e seu contato com a natureza - de acordo com uma hierarquia de superiores e inferiores (Vilaça; Gomes, 2022, p.216)

Para María Lugones (2019, p.360), “a missão civilizatória colonial foi a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável, violenta violação sexual, controle de reprodução e um horror sistemático”. Como representação desse horror, pessoas vivas eram alimento para cães, bolsas e chapéus eram feitas com vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas (Lugones, 2019, p.360), enquanto senhores enfeitavam negras com jóias e as ofereciam a clientes, ou as obrigavam a se prostituir em ruas e portos, atividade que gerava renda exclusiva dos proprietários (Rodrigues, 2013, p. 56, *apud* Reis *et al.*, 2019, p. 1).

De acordo com Sylvia Walby (*apud* Cheim, 2024), o patriarcado pode ser compreendido como um “sistema de estruturas sociais inter-relacionadas através das quais os homens exploram as mulheres”, manifestando-se em diferentes esferas da sociedade. A referida autora identifica seis estruturas principais desse sistema: nas

relações de produção na esfera doméstica; nas relações patriarcais do trabalho assalariado, evidenciadas pelas assimetrias salariais entre homens e mulheres; nas relações patriarcais do Estado, que orienta suas políticas à manutenção de práticas patriarcais; na violência masculina; na sexualidade, marcada pela heterossexualidade compulsória; e nas instituições culturais patriarcais, como a igreja e a mídia, que produzem representações opressoras das mulheres e de suas subjetividades.

É com o patriarcado exportado nas empreitadas coloniais e expandido com o desenvolvimento do capitalismo, que ocorre a subversão do “não humano” - o que não corresponde ao sujeito masculino, europeu e heterossexual -, e a sua consequente transformação em propriedade privada. São vítimas desse fenômeno a natureza (transformada em recurso para servir ao lucro) e também a mulher, que é relegada às relações de desigualdade e objetificação por parte da sociedade patriarcal (Vilaça; Gomes. p.224)

Vergès (2020, p.119) aponta a existência de dois patriarcados globais distintos: um que se apresenta como moderno e multicultural, reconhecendo os direitos das mulheres desde que estas se integrem à economia neoliberal; e outro, de caráter neofascista e masculinista, que ataca mulheres e pessoas LGBTQIA+, busca reverter direitos conquistados e impõe a submissão absoluta feminina a uma ordem heteronormativa centrada no poder do pai e do marido. Essa dualidade revela que, embora se apresentem como opostos, ambos os modelos reforçam a lógica de controle sobre os corpos e a vida das mulheres, seja pela via da integração subordinada ao mercado, seja pela reatualização violenta da dominação patriarcal.

Essa leitura dialoga com a perspectiva de Silvia Federici (2023), que identifica no próprio capitalismo a base material dessa lógica de controle e exploração dos corpos femininos e das violências por eles sofridas. A autora discorre que o capitalismo, como um sistema baseado na exploração do trabalho humano, definiu as mulheres como corpos-isto é, como seres dominados por sua biologia-, na medida em que se apropriou de nossa capacidade reprodutiva e pôs a serviço de reprodução da força de trabalho e do mercado de trabalho (Federici, 2023, p.37).

Com o desenvolvimento do capitalismo, as mulheres sofreram um duplo processo de exploração, visto que, segundo a referida autora, “além de serem submetidas à disciplina do trabalho, em plantações, fábricas e em seus lares, foram expropriadas de seus corpos e transformadas em objetos sexuais e máquinas reprodutoras”, como

argumenta Silvia Federici, (2023, p.27). Em concordância, Heleieth Saffiotti pondera que a base econômica do patriarcado não se restringe à discriminação salarial das trabalhadoras e em sua marginalização dos papéis econômicos relevantes e de instâncias político-deliberativas, “mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva” (Saffiotti, 2004, p.106)

Na perspectiva do feminismo marxista, o corpo deixa de ser visto apenas como matéria biológica e passa a ser compreendido como um produto histórico, formado nas relações sociais que organizam o trabalho, a reprodução e o poder. MariaRosa Dalla Costa e Selma James (1979, p.36) afirmam que “a chegada do capitalismo significou a destruição das mulheres como pessoas e a diminuição imediata de sua integridade física”. Em correlação, Silvia Federici (2004) argumenta que, com o advento do capitalismo, os corpos das mulheres foram apropriados e disciplinados como recursos produtivos e reprodutivos — inicialmente no contexto da família patriarcal e, posteriormente, nos mercados globais do trabalho e do prazer.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal (Pateman, 1993, p.16-17).

O pensamento de Carole Pateman nos faz perceber que a liberdade proclamada pelo contrato social nunca foi realmente universal. Ela se consolidou ao mesmo tempo em que as mulheres eram mantidas em posição de subordinação, uma história que quase nunca aparece nos registros oficiais. Enquanto os homens ganhavam direitos e autonomia, as mulheres continuavam sob controle, sobretudo sobre seus próprios corpos e sexualidade, reforçando assim as desiguais relações hierárquicas de gênero sustentadas pelo patriarcado, o qual é entendido por Carole Hartmann (1994) como um conjunto de relações sociais que tem uma base material na qual há relações hierárquicas entre os homens e uma solidariedade entre eles, que permite aos mesmos controlarem as mulheres. O patriarcado é, portanto, um sistema de opressão das mulheres pelos homens.

No contexto neoliberal, essa lógica atinge um novo patamar, visto que os corpos femininos se tornam mercadorias em indústrias como a da pornografia, da publicidade e do tráfico sexual, sendo convertidos em objetos de consumo contínuo. Essa reificação, ou seja, o tratamento de pessoas e relações sociais como coisas, reforça a divisão sexual do trabalho e aprofunda as desigualdades de gênero, revelando que a violência contra as mulheres, nas sociedades capitalistas, opera como elemento estruturante da luta de classes. O patriarcado, nesse contexto, atua como um sistema de legitimação da dominação, que determina quais corpos podem ser descartados ou explorados de maneira sistemática nos mercados do capital.

Não há, de um lado, a dominação/[opressão] patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação/[opressão] separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação- exploração ou exploração-dominação. (...). De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo (Saffiotti, 2004, p.130).

A reflexão de Heleieth Saffiotti revela que a opressão das mulheres não se limita a uma esfera específica. Patriarcado, racismo e capitalismo se entrelaçam de tal forma que cada uma dessas forças reforça a outra. Pensar em “dominação” e “exploração” como processos separados seria perder de vista a complexidade da realidade. A metáfora do nó ajuda a compreender como a vida das mulheres é marcada por essas múltiplas pressões, que não podem ser entendidas de forma isolada.

As discussões teóricas aqui apresentadas, fundamentam a análise das reportagens selecionadas, nas quais é possível identificar a persistência de elementos que remetem ao modelo colonial de exploração dos corpos femininos

3. Procedimentos Metodológicos

Este estudo se inscreve no campo dos feminismos coloniais latino-americanos, que compreendem o conhecimento como situado e comprometido com a transformação social. Parte-se do pressuposto de que toda produção de saber é atravessada por relações de poder e, portanto, o olhar sobre a exploração dos corpos femininos deve considerar o lugar de fala das mulheres racializadas e subalternizadas. Nesse sentido, autoras como

Maria Lugones (2019), Rita Segato (2016), Ochy Curiel (2007) fundamentam a análise desse artigo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental, de caráter exploratório e analítico-crítico, que busca identificar as continuidades coloniais presentes em casos noticiados de exploração de mulheres. São analisadas diferentes expressões dessa exploração – como o turismo sexual, o trabalho precário, o tráfico de mulheres e a exploração digital – compreendidas como desdobramentos contemporâneos de uma mesma matriz colonial de poder. O corpus de análise é composto por reportagens jornalísticas recentes, publicadas entre 2023 e 2025, que abordam casos de exploração sexual, tráfico de mulheres e violência de gênero em diferentes contextos latino-americanos. O quadro a seguir lista as reportagens utilizadas na pesquisa e os temas tratados.

Quadro: Reportagens Analisadas

Reportagens
'Passport Bros': Rede de americanos impulsiona nova modalidade de turismo sexual no país Discurso misógino é marca do grupo, que tem como influencer youtuber que constrangeu e expôs mulheres jovens de Salvador. “Passport Bros, que incentiva um turismo de “pegação” ao redor do mundo, explorando o fenômeno internacional de avanço de um machismo radical que bebe na fonte dos redpills — movimento de homens que pregam a submissão das mulheres. Ao mesmo tempo, compartilham conceitos colonialistas de que em países mais pobres, como o Brasil, eles vão se livrar das feministas e desfrutar de mulheres exóticas e disponíveis, como as brasileiras.”
Medellín, destino dos 'Passport Bros' em busca de sexo e mulheres 'dóceis' - SWI swissinfo.ch Uma numerosa comunidade de homens na internet nomeada Passport Bros promove o turismo sexual do primeiro mundo para locais onde consideram ser mais fácil cortejar mulheres. Entre os destinos favoritos está Medellín, assolada pelo tráfico de pessoas e pela exploração de menores.
Dupla é presa por sequestro e exploração sexual de jovens latino-americanas no sudeste francês Duas pessoas foram presas no sudeste da França, acusadas de atrair jovens da América Latina com falsas ofertas de trabalho e obrigá-las à prostituição,

[Colômbia: abusos trabalhistas e exploração sexual em estúdios de Webcam | Human Rights Watch](#)

Modelos de webcam na Colômbia relatam graves abusos cometidos por estúdios que produzem conteúdo para a bilionária indústria de webcam para adultos, disse a Human Rights Watch em um relatório divulgado hoje. Os modelos relatam condições insalubres, turnos de 18 horas sem intervalos e coerção para fazer performances sexuais que consideram degradantes, traumatizantes ou fisicamente dolorosas.

[Garimpo ilegal e exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia](#)

Cárcere privado, controle de alimentação, ameaças de morte e submissão a atividades sexuais reiteradas numa mesma noite fazem parte do cotidiano de várias adolescentes mantidas ilegalmente em garimpos

[24 mulheres e meninas foram libertadas do tráfico em vários locais na América Latina, e uma rede de traficantes foi presa - The Exodus Road](#)

Quatro adolescentes e 20 mulheres foram apanhadas numa teia aterrorizante de exploração. Transladadas entre apartamentos, praias, bordéis, spas e bares, essas jovens eram forçadas pelos traficantes a consumir um fluxo constante de substâncias psicoativas enquanto seus corpos eram usados pelos compradores.

['Disneylândias do sexo': Os antros de prostituição infantil no Norte do Brasil](#)

A reportagem mostrou, entre outros absurdos gerados pela junção entre miséria e desvio de comportamento de bestas humanas, que em casas noturnas da Zona Franca de Manaus, conhecidas como “disneylândias do sexo”, meninas de 12 anos se prostituíam com uma clientela formada por criminosos, marinheiros, policiais e profissionais liberais.

[Mulher de 86 anos é resgatada após 72 anos de trabalho em condições análogas à escravidão | CNN Brasil](#)

Vítima trabalhou para a mesma família desde os 12 anos de idade, sem oportunidade de estudo, férias ou salário, segundo o Ministério Público do Trabalho

[Estupro, torturas e abusos: indígenas guaranis relatam barbárie em meio a conflitos na divisa entre PR e MS](#)

Lideranças guarani kaiowá denunciaram às autoridades abusos sexuais de mulheres da etnia em ocasiões diferentes feitos por pistoleiros em Iguatemi entre 2016 e 2023.

[PF investiga tráfico de mulheres pela tríplice fronteira para exploração sexual no Brasil](#)

A Polícia Federal instaura um inquérito para investigar mais um caso de suspeita de tráfico humano na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, com jovens aliciadas para exploração sexual na região Oeste do Paraná.

Fonte: elaborado pela autora

4. Análise das reportagens coletadas

Os casos apresentados revelam como a exploração sexual e laboral de mulheres e meninas na América Latina se articula à lógica histórica da colonização – a transformação dos corpos femininos em mercadoria de prazer, trabalho e dominação. Desde a invasão colonial, o corpo da mulher racializada foi construído como objeto exótico, disponível e inferior, uma representação que se perpetua nas novas formas de turismo sexual e na indústria digital de exploração. As estruturas históricas que sustentam as relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, segundo Côrtes (2008, p. 153), estão presentes de forma ampla na realidade concreta e profundamente enraizadas nas subjetividades, moldando os modos de perceber e as interpretações sociais construídas e compartilhadas por indivíduos e coletividades.

O fenômeno dos *Passport Bros*, por exemplo, reatualiza o imaginário colonial de que os homens brancos do Norte global têm direito ao corpo da mulher do Sul. Trata-se de um neocolonialismo sexual, mascarado de “turismo afetivo”, que combina machismo radical e colonialidade racial. Cabe reforçar que o “neocolonialismo se caracteriza como um controle indireto exercido por antigas potências coloniais, hoje estados hegemônicos, sobre os atuais países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento” como argumentam Telma Bassetti e Roberta Peixoto (2015, p.15). Desse modo, a crença de que “as mulheres dos países pobres são mais dóceis e menos feministas” reatualiza o velho mito da mulher submissa e exótica, uma construção que serve para justificar práticas de dominação e de consumo sexual. Soares do Bem (2005) argumenta que, o terceiro mundo continua a ser representado como o lugar do exótico, da aventura, do repouso e do divertimento do Norte.

Nesse contexto, a leitura interseccional contribui para aprofundar a análise, ao demonstrar que a exploração sexual e o tráfico de mulheres não afetam todas da mesma forma. Autoras como Kimberlé Crenshaw (2002), Angela Davis (2017), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) demonstram como gênero, raça e classe se entrelaçam para produzir experiências específicas de desigualdade. No caso do tráfico sexual, por exemplo, mulheres negras, indígenas e migrantes são desproporcionalmente afetadas, resultado de um legado histórico de colonização, escravização e exclusão que ainda molda as estruturas sociais. Tais corpos são frequentemente representados como hipersexualizados ou mais “disponíveis”, tornando-se alvos preferenciais da exploração.

Para Silvia Federici (2004, p.255) “do mesmo modo que a terra, o corpo tinha que ser cultivado e, antes de mais nada, decomposto em partes, de tal maneira que pudesse liberar seus tesouros escondidos”. Já na concepção de María Lugones (2019), o sistema moderno/colonial de gênero produz corpos racializados e sexualizados hierarquicamente; no caso latino-americano, o corpo da mulher é simultaneamente erotizado e desumanizado, um produto do olhar colonial masculino

O turismo sexual relatado em cidades como Medellín ou Salvador pode ser compreendido como expressão da colonialidade do poder (Quijano, 2012), a partir de uma base teórica do atual sistema mundial de poder, que teve origem com a colonização europeia das Américas e se sustenta em uma estrutura global que articula raça, trabalho e gênero para sustentar a exploração.

Segundo a concepção de Quijano (2012), o poder atravessa as quatro esferas fundamentais da vida social e deve ser visto como resultado e expressão da disputa pelo controle delas. Essas esferas são: o trabalho e seus recursos e produtos; o sexo e suas dinâmicas e consequências; a autoridade coletiva e suas estruturas; e a subjetividade/intersubjetividade, com seus modos de produção e expressão. Dentro dessa perspectiva, a circulação de homens do “primeiro mundo” em busca de mulheres “acessíveis” nos países do Sul não é apenas um ato individual de misoginia, mas parte de uma geopolítica do desejo, na qual o corpo feminino latino-americano representa o território colonizado, fonte de prazer e de lucro. Isto pode ser exemplificado no comportamento dos *Passport Bros*, como os novos “exploradores” que chegam, consomem corpos e retornam ao centro, sem vínculo ou responsabilidade, sustentando

uma economia simbólica e material de subjugação ecoando o processo colonial em outra roupagem.

Cabe ressaltar que a exploração não se limita à dimensão sexual, ela se estende à economia informal e ilícita que recai sobre corpos femininos e racializados. As reportagens sobre mulheres latino-americanas enganadas com falsas promessas de trabalho na França, sobre modelos de webcam na Colômbia submetidas a jornadas de 18 horas, sobre adolescentes exploradas em garimpos ilegais da Amazônia e até sobre uma idosa mantida em servidão por 72 anos revelam que há uma linha contínua entre a escravidão colonial e as novas formas de exploração do trabalho precarizado que ainda persistem hoje. Assim, entende-se que a colonialidade do trabalho e do corpo se manifesta tanto na prostituição forçada quanto na servidão doméstica, ambas sustentadas pela naturalização da desigualdade e pela herança colonial do patriarcado.

Já as denúncias sobre a exploração sexual de meninas em áreas de garimpo ilegal revelam que assim como a terra amazônica é saqueada por projetos extrativistas, o corpo das mulheres, sobretudo indígenas e ribeirinhas, é invadido, violentado e controlado. Para Silva *et al.* (2015, p. 2), desde o período colonial as mulheres amazônicas foram alvo de estigmatização, resultado tanto de sua origem cultural quanto de sua condição de gênero. A imposição da doutrina cristã e da lógica colonizadora, voltada à apropriação da terra, dos recursos naturais e das pessoas, trouxe também a ideia de inferioridade feminina, reforçando práticas de dominação e disciplinamento dos corpos de acordo com os princípios religiosos da época. Em decorrência, a violência sexual se torna uma extensão simbólica da colonização do território, em que o domínio sobre o corpo feminino é também o domínio sobre a natureza e os recursos.

A crueldade repetida nas reportagens, cárcere, exploração, violação, servidão, revela a normalização da violência sobre corpos femininos e racializados. Ou seja, a violência contra as mulheres, um acontecimento que não é isolado, é antes um *continuum* histórico que atualmente assume facetas, ataca a vida e os corpos das mulheres, como argumenta Rita Segato (2025). A referida autora expressa que tal violência acaba atuando como uma pedagogia da crueldade, que ensina que seus corpos são territórios disponíveis para a assinatura do poder masculino. Em paralelo, “A violência masculina contra a mulher é uma das expressões mais flagrantes do emprego abusivo da força para a

manutenção de controle e dominação. É síntese viva dos conceitos de regra hierárquica e autoridade coercitiva”, como argumenta bell hooks (2019, p.179).

A violência, o abuso sexual e controle social dos corpos das mulheres moldam os imaginários patriarcais, como reforçam Miriam García-Torres e outras pesquisadoras (2023), o que se relaciona à afirmação de bell hooks (2019, p.180) de que “no mundo pré-capitalista, o patriarcado concedia a todos os homens o direito total de impor regras às mulheres de sua família, de decidir o destino delas”. Nesse sentido, as redes digitais, a pornografia online e o turismo sexual, além de funcionarem como escolas simbólicas de desumanização, reforçam o aprendizado colonial do poder masculino sobre o corpo da mulher.

Os exemplos demonstram que são muitas as estruturas e raízes da processo colonial que ainda persistem explícita e simbolicamente nas formas de exploração dos corpos das mulheres latino-americanas, o que reforça que o argumento de Françoise Vergès (2020, p. 35) de que “defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra ‘feminismo’ das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas de mulheres do Sul global que nos precederam”.

5. Considerações Finais

As reflexões construídas a partir da análise das reportagens revelam que as estruturas coloniais de exploração dos corpos das mulheres latino-americanas estão longe de pertencer ao passado. Elas permanecem ativas e seguem moldando o presente, dando forma a novas expressões de exploração. A lógica de dominação forjada durante a colonização ainda se manifesta no capitalismo global, em que o corpo feminino se transforma em mercadoria, reduzido a um produto exposto às dinâmicas do mercado.

Nos casos examinados, percebe-se que as principais vítimas são mulheres negras, indígenas e migrantes, ou seja, grupos historicamente marcados pela escravização, pela pobreza e pela exclusão social. Essa sobreposição de opressões produz corpos vistos como mais “disponíveis” e “acessíveis”, reforçando os estereótipos coloniais de hipersexualização e submissão. Assim, a interseccionalidade se mostra essencial para compreender por que a violência de gênero, longe de ser homogênea, assume contornos

específicos na América Latina, onde a herança colonial e o racismo estrutural seguem determinando quem pode ser explorado e de que maneira.

A violência inaugurada pela colonização, em suas dimensões sexual, econômica e simbólica não cessou, mas apenas assumiu novas formas. O turismo sexual, o tráfico de mulheres e as diferentes formas de exploração no trabalho no ambiente digital mostram como patriarcado e racismo se ajustam às lógicas do mercado, reafirmando a mulher como objeto descartável. A discussão teórica permite compreender que patriarcado, racismo e capitalismo não atuam de modo isolado, mas entrelaçados, sustentando um mesmo sistema de opressão. Fechar os olhos para essa articulação é negar a presença cotidiana dessas violências, sobretudo na vida das mulheres situadas nas margens sociais e geográficas da América Latina.

Referências

- BASSETTI, Telma Bittencourt; PEIXOTO, Roberta. O consumo do sexo em Copacabana/RJ e a conformação de suas territorialidades: embates e resistências. **Revista de Direito e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 16, n. 2, p. 9-28, jul./dez. 2015.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus. **Histórias de luta**: narrativas de mulheres e o enfrentamento da violência de gênero [online]. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2024, 217 p. Desafios para o século XXI collection.. Disponível em: : <https://books.scielo.org/id/f2zck>.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e a acumulação primitiva. Autonomedia, 2004.
- FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Além da Pele**: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Elefante, 2023.
- GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁSQUEZ Eva; HERNÁNDEZ, Delmy; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. **Extratativismo e (re) patriarcalização dos territórios**. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs.). **Corpos**,



territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HARTMANN, Heidi. Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexos. In: BORUERIAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmem (comp.). **Las mujeres y El trabajo: rupturas conceptuales**. Barcelona: Icaria: Fuhem, D.L. 1994

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 356-377.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, globalización y democracia**. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León. Ano 4, n.º 7 e 8, Set/abr 2002. .

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REIS, Lorraine Oliveira; SILVA, Nathalia Dias de; TERRA, Sara Munique Arantes. Tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <https://nathaliadiasdasilva2019.jusbrasil.com.br/artigos/742451901/trafico-internacional-de-pessoas-para-fins-de-exploracao-sexual>. Acesso em: 3 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SEGATO, Rita Laura. **As estruturas elementares da violência**: Ensaio sobre gênero entre a antropologia, a psicanálise e os direitos humanos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2025.

SEGATO, Rita Laura. **La Guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SILVA, Sandra Helena da; COSTA, Alessandra Maia Cerdeira; VIANA, Beatriz Borges; GARCIA, Maria do Perpetuo Socorro de Souza. Relações de gênero e renda: o projeto Cultivadoras de Malva: criando oportunidades em geração de renda nas comunidades de várzea Ilha do Chaves e Ilha do Valha-me Deus – Juruti/PA. **Relem** –



Revista Eletrônica Mutações, julho –dezembro, 2015. Disponível em: periodicos.ufam.edu.br. Acesso em 26 de out de 2025.

SOARES DO BEM, A. **A dialética do turismo sexual**. São Paulo: Papirus, 2005.

SOUSA, Bárbara N. Honorato. Colonização da América Latina: Construção da alteridade, Mito da Europa e a branquitude. **Lingu@ Nostr@**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 196–213, 2021. DOI: 10.29327/232521.8.1-11. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/lnostr@/article/view/15680>. Acesso em: 24 out. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VILAÇA, Isabele Augusto; GOMES, Laura Loureiro. Colonialidade do Direito: propriedade privada, mulher e natureza na sociedade patriarcal. **Humanas e Sociais – Estudos e Pesquisas**, v. 2, n. 13, 2022. Disponível em: https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_sociais_2-13.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.